

Transparência Internacional

# Decisão de Toffoli preserva blindagem a Marcelo Odebrecht no exterior, diz executivo

**Ao conservar acordo de delação, ministro do STF mantém cláusula que impede países de processar empreiteiro, afirma Bruno Brandão**

ANDRÉ SHALDERS

Ao mesmo tempo em que anulou na última semana todos os atos da Lava Jato contra o empreiteiro Marcelo Odebrecht, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli manteve a validade do acordo de delação do empresário. Com isso, garantiu a "blindagem" de Marcelo Odebrecht contra eventuais processos no exterior, alertou o diretor executivo da Transparência Internacional no Brasil, Bruno Brandão. A decisão de Toffoli foi tomada na terça-feira passada, em um despacho de 117 páginas.

Em seus acordos de delação premiada, homologados em 2017 pelo Supremo, os executivos da empreiteira, hoje rebatizada de Novonor, admitiram o cometimento de crimes em dez países latino-americanos e dois da África – Moçambique e Angola. Desse conjunto de doze países, há investigações sobre possíveis casos de corrupção envolvendo a empreiteira em pelo menos nove deles: Venezuela, Equador, Argentina,



Bruno Brandão: Após a corrupção, País 'está exportando impunidade'

Peru, Colômbia, Panamá, República Dominicana, México e Guatemala.

**CONDICIONANTE.** Os acordos como o de Marcelo Odebrecht incluem cláusulas que impedem o Brasil de compartilhar informações com outros países, a menos que estes se comprometam a não usar o material para investigar os executivos ou a empresa, mas apenas os políticos locais. "Essa condicionante absurda dura até hoje e, se o acordo fosse anulado, além de perderem todos os benefícios no Brasil, perderiam também essa blindagem internacional", disse Brandão, que estuda há anos o caso Odebrecht.

Para o chefe da Transparência Internacional, esses países

"jamais terão a perspectiva de justiça ou sequer de ter conhecimento dos crimes, porque essas provas foram enterradas no Brasil. O Brasil se tornou um grande cemitério de provas de corrupção transnacional. Depois de exportar corrupção, está exportando impunidade", afirmou.

Segundo ele, a última deci-

são de Toffoli pode também contribuir para aprofundar o descrédito em relação ao Brasil no exterior, no que diz respeito ao combate à corrupção – um problema iniciado ainda na gestão de Jair Bolsonaro (PL), diz ele. A mais recente decisão do ministro integra uma série de determinações sobre o tema.

Em setembro passado, por exemplo, ele declarou juridicamente nulas todas as provas entregues pela empreiteira em seu acordo de leniência. No total, a empresa foi condenada a pagar R\$ 11,2 bilhões em multas, do qual apenas uma fração já foi ressarcido.

**'VIOLAÇÃO'.** "Agora, com essas decisões (de Toffoli), existem elementos concretos para comprovar a violação frontal dos compromissos assumidos pelo Brasil nesses fóruns. Com destaque para a Convenção da OCDE Contra o Suborno Transnacional (cuja próxima reunião será em junho, em Pa-

ris)", disse. "O Brasil, já há alguns anos, tem a sua imagem bastante abalada no exterior por algumas razões. O governo de Jair Bolsonaro (PL) prejudicou enormemente a imagem do Brasil em diversas áreas, inclusive no combate à corrupção. Há mais de cinco anos nós estamos assistindo a uma destruição da capacidade do País de enfrentar a corrupção, com a perda de independência das instituições de controle (...). Então, o Brasil já estava numa posição muito ruim nos fóruns internacionais anticorrupção. Mas as decisões monocráticas desde setembro do ano passado do ministro Toffoli agravaram, e muito, esse quadro."

Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brandão é também mestre em Gestão Pública pela Universidade de York, no Reino Unido, e em relações internacionais pelo Instituto Barcelona de Estudos Internacionais. ●

2 Perguntas Para

**BRUNO BRANDÃO**  
Diretor da Transparência Internacional no Brasil

● **Que tipo de consequências a decisão de Toffoli pode ter para os outros 12 países onde a Odebrecht confessou ter pago propinas?**  
Os acordos assinados pela Odebrecht (de leniência) e seus executivos (de delação) incluíam cláusulas que impediam o Brasil de compartilhar provas com os países onde eles confessaram ter cometido crimes. Segundo essas cláusulas, só podiam usá-las para investigar seus corruptos locais. Essa condicionante absurda dura até hoje e, se a delação fosse anulada, além de perderem todos os benefícios no Brasil, (dirigentes da Odebrecht) perdem também essa blindagem internacional. Enquanto o acordo estiver vigente, os colaboradores têm todos os benefícios de

não serem processados não só no Brasil, mas também no exterior.

● **Qual o contexto dessa decisão de Dias Toffoli?**  
Todas essas decisões de agora, que estão derrubando esses processos e anulando as provas de dezenas de réus, inclusive vários deles confessos, são resultado de decisões que beneficiaram o presidente Lula. Decisões que foram tomadas principalmente pelo (atual) ministro (da Justiça, Ricardo) Lewandowski, antes de se aposentar (do STF). Ele declarou (em junho de 2021) que as provas da Odebrecht eram imprestáveis no caso de Lula. Se eram imprestáveis no caso do Lula, é claro que as dezenas ou centenas de outros réus que foram objeto dessas delações dos executivos da Odebrecht pediram o mesmo benefício. Até chegar à situação insólita na qual o próprio criminoso que entregou essas provas, o Marcelo Odebrecht, foi pedir o benefício.

APRESENTANDO

Sem abaixar.  
Sem encostar.  
Sem pegadinha.

SKECHERS  
HANDS FREE  
Slip-ins

NUNCA MAIS TOQUE  
NOS SEUS CALÇADOS  
LAVÁVEL NA MÁQUINA

É SÓ CALÇAR E SAIR

Apresentamos o novo Skechers Hands Free Slip-Ins®.  
Calçar os seus sapatos nunca foi tão fácil. Sem abaixar.  
Sem puxar. Sem dificuldades.  
O design único Heel Pillow® mantém seus  
pés seguramente no lugar!

DISPONÍVEL PARA HOMENS, MULHERES E CRIANÇAS!  
THE COMFORT TECHNOLOGY COMPANY™

PUBLICADO E DISTRIBUÍDO POR: PRESSREADER  
 PressReader.com.br +55 (11) 279-4604  
 (assinatura e distribuição por assinatura)